Rio de Janeiro, janeiro de 2022

SUMÁRIO EXECUTIVO

COMPETÊNCIA *VERSUS* INCERTEZA: ATITUDES PESSOAIS E PERCEPÇÃO SOBRE GESTÃO DE RISCOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Almir de Oliveira Junior

Técnico de planejamento e pesquisa na Assessoria de Planejamento e Articulação Institucional (Aspla) do Ipea. *E-mail*: <almir.junior@ipea.gov.br>.

DOI: http://dx.doi.org/10.38116/td2726

A gestão de riscos (GR) é uma forma de reunir e lidar com informação estrategicamente relevante para tomada de decisão e para o planejamento de organizações privadas e públicas. Consiste no objetivo de transformar incerteza em risco avaliado e, portanto, submetido a determinado grau de controle do administrador. Sua implementação pressupõe que os gestores tenham a capacidade de tomar ciência dos fatores que funcionem como ameaças aos objetivos institucionais com os quais estão envolvidos, formulando respostas organizacionais estruturadas que sejam adequadas a eles.

Pretende-se, neste *Texto para Discussão*, relacionar a GR ao constructo conceitual denominado *locus* de controle. De amplo uso na análise comportamental, o *locus* de controle é voltado para explicar as respostas dos indivíduos a riscos externos, de sucesso ou de fracasso, seja em suas vidas privadas ou em sua conduta profissional. Nesse sentido, é possível ver o *locus* de controle como uma variável relevante na construção da percepção sobre a utilidade ou importância da GR entre funcionários responsáveis por implementá-la.

Ao manter o foco nas metas institucionais e nos riscos para sua consecução, a GR tem o propósito de favorecer a governança da organização e pode apresentar uma relação com o *locus* de controle em dois diferentes contextos. Primeiro, no caso do *locus* de controle externo, a percepção dos indivíduos é que a aleatoriedade dos riscos depende de variáveis além do seu alcance e que, portanto, não podem ser influenciadas por suas ações. Nesse sentido, por terem um comportamento menos voltado para consecução de metas, a hipótese é que esses indivíduos com *locus* de controle externo deem menor importância para GR. Segundo, no caso do *locus* de controle interno, a tendência é conceber essas variáveis como passíveis de serem afetadas pela intencionalidade e resposta dos agentes. Os gestores com

locus de controle interno tenderiam, naturalmente, a dar maior importância à GR, percebendo uma relação entre a sua implantação e um maior controle sobre os fatores que afetem o alcance de seus objetivos.

Assim, a confirmação da hipótese de que a atitude frente à GR está relacionada com o locus de controle implicaria a existência de diferentes perfis dos servidores, cada um com seu nível de engajamento nas tarefas relacionadas à sua implementação. Para a análise dessas questões, realizou-se um levantamento junto a um conjunto de servidores públicos federais. A pesquisa se deu a partir da construção de um questionário aplicado a um conjunto de servidores com cargos médios de gestão no nível da administração pública federal direta e indireta, nos quais a GR é obrigatória desde a vigência da Instrução Normativa nº 001 da Controladoria-Geral da União e do Ministério do Planejamento. Os resultados foram submetidos a um tratamento estatístico para testar a hipótese da associação da variável locus de controle com a atitude quanto à GR entre os servidores. Por um lado, esperava-se que uma avaliação mais positiva sobre a GR estivesse correlacionada com um *locus* de controle voltado para o polo interno, expressando uma maior expectativa de controlabilidade de riscos por parte dos servidores. Por outro lado, uma expectativa menor quanto à GR teria correspondência com um locus de controle voltado para o polo externo, refletindo uma percepção de que as informações levantadas por essa ferramenta se referem a fatores que não podem ser controlados, por estarem situados além do poder de manipulação dos agentes, de pouco adiantando serem agregados ao planejamento da organização.

Como resultado do estudo, os gestores que atribuíram maior ênfase no *locus* externo de controle apresentaram uma razão de chance 0,75 vez menor de perceber

SUMEX

a GR como uma ferramenta capaz de aprimorar seus processos de trabalho. Esse resultado é coerente com a discussão teórica, uma vez que aqueles gestores que acreditam, em algum grau, que a consecução de objetivos está sujeita a fatores fora do seu alcance ou controle têm menor chance de ver a GR como uma ferramenta para aprimorar o processo decisório.